



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº : 11080.009021/2001-53
Recurso nº : 130.279
Sessão de : 12 de julho de 2006
Recorrente : CONTAREGIS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE S/A.
Recorrida : DRJ/PORTO ALEGRE/RS

R E S O L U Ç Ã O N° 301-1.651

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente

VALMAR FONSECA DE MENEZES
Relator

Formalizado em:
21 SET 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Atalina Rodrigues Alves, Susy Gomes Hoffmann, Irene Souza da Trindade Torres e Carlos Henrique Klaser Filho.
ccs

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir.

“O estabelecimento acima qualificado foi fiscalizado pela DRF-Porto Alegre para verificação da regularidade do cumprimento de suas obrigações fiscais relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados, durante o período compreendido entre 01/01/1996 e 31/12/2000, oportunidade em que, de acordo com o Termo de Encerramento de Verificação Fiscal das folhas 890 a 897, foi constatado que o contribuinte empregou classificação fiscal incorreta nas saídas de diversos produtos que industrializava, conforme sintetizado na tabela abaixo.

PRODUTO	CLASSIFICAÇÃO FISCAL EMPREGADA	ALÍQUOTA	CLASSIFICAÇÃO FISCAL CORRETA	ALÍQUOTA	JUSTIFICATIVA
Bobina autocopiativa personalizada (PDV)	4823.59.0100 4823.59.00 4823.51.02 4823.51.0100 4823.51.00	0% 0% 0% 0% 0%	4816.20.0000 4816.20.00	15% 15%	Decisão SRRF/10º RF n.º 30, de 12/03/1999 (DOU de 20/04/1999)
Bobina autocopiativa	4823.51.0100 4823.51.0100 4823.59.0100 4823.51.00 4823.51.00 4823.51.02 4823.59.00 4823.59.00	10% 12% 12% 10% 12% 10% 10% 12%	4816.20.0000 4816.20.00	15% 15%	Decisão SRRF/10º RF n.º 30, de 12/03/1999 (DOU de 20/04/1999)
Bobina personalizada de uma via	4823.51.0100 4823.51.01 4823.51.00	0% 0% 0%	4823.51.0100 4823.51.00 Ex02	10% 10%	RGI 1 e 6

1.1 Assim sendo e tendo em vista a saída de produtos industrializados com falta ou insuficiência de lançamento do IPI, por erro de classificação e alíquota, apuraram-se as diferenças de imposto (demonstrativo das folhas 652 a 655) e reconstituiu-se a escrita fiscal do contribuinte, considerando os créditos aproveitáveis, arrolados na planilha das folhas 801 a 804, o que resultou no demonstrativo das folhas 108 a 129 e 422 a 424, em que se constata a existência de saldos devedores vencidos e não recolhidos, lançados de ofício, por meio do Auto de Infração das folhas 8 a 87, no valor R\$ 998.677,03, com os respectivos consectários legais, no montante de R\$ 2.480.826,02. Foram infracionados os seguintes dispositivos:

- a) do RIPI/82: artigos 2º; 3º, inciso I; 15, 16; 17, 22, inciso II; 29, inciso II; 54; 55, inciso I, alínea “b”, inciso II, alínea “c”; 59; 62; 63, inciso II; 107, inciso II e 112, inciso IV;
- b) do RIPI/98: artigos 3º; 4º, inciso I; 15; 16; 17; 23, inciso II; 32, inciso II; 109; 110, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “c”; 114 e

parágrafo único; 117; 118, inciso II; 182; 183, inciso IV, e 185, inciso III;

c) Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo Decreto n.º 97.410, de 23 de dezembro de 1988 (TIPI/88), e;

d) Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo Decreto n.º 2.092, de 10 de dezembro de 1996 (TIPI/96).

2. Regularmente cientificado do Auto de Infração, em 31/10/2001, o autuado impugnou-o tempestivamente por meio do arrazoado das folhas 909 a 934 (instrumento de mandato na folha 952), instruído com os documentos das folhas 935 a 951. Os argumentos de defesa estão resumidos a seguir:

2.1 Em sede de preliminar, o impugnante alega que o procedimento fiscal é nulo, pois o Mandado de Procedimento Fiscal n.º 1010100-2001-00135-0, que deveria ter sido executado até 06/07/2001, só foi concluído em 31/10/2001. Além disso, o contribuinte fiscalizado só foi notificado dos quatro Mandados de Prorrogação que se sucederam vários dias após o vencimento do prazo de conclusão consignado no MPF anterior. A Defesa aventa ainda a preliminar de decadência do direito de a Fazenda Pública constituir crédito tributário relativo a fatos geradores anteriores a 31/10/1996.

2.2 No mérito, cita doutrina e jurisprudência para reclamar do entendimento da Fiscalização, de que a fabricação de bobinas autocopiadoras para PDV caracteriza-se como processo de industrialização. No entendimento do impugnante, o papel autocopiador, apresentado em bobinas, de uma ou duas vias, encontra-se "...exclusivamente no campo de incidência do ISS, não podendo incidir, por tal razão, o IPI, por não estar configurado o aspecto material da regra-matriz de incidência deste imposto..." (folha 927). Com relação à classificação fiscal das bobinas autocopiadoras sem impressão, o contribuinte reafirma a correção do código empregado com o argumento de que se trata do mesmo código empregado pela Fiscalização para tributar as bobinas personalizadas de uma via.

2.3 Refuta finalmente a exigência de juros moratórios, calculados com base na taxa Selic, por entendê-la manifestamente constitucional e legal, ante ausência de norma legal específica que a ampare e por entendê-la inviável juridicamente, haja vista a impossibilidade de aferir correção monetária por mera estimativa do futuro, por ser ilegal, quando superior a 1%, pela incidência de um *bis in idem* na aplicação da taxa Selic, concomitantemente, com índice de correção monetária e por sua natureza nitidamente remuneratória.

2.4 Conclui, requerendo o acolhimento das preliminares argüidas, decretando-se a nulidade do Auto de Infração e, alternativamente, que seja julgado totalmente improcedente, tendo em vista que o papel autocopiador, apresentado em bobinas, de uma ou duas vias, é alvo da incidência exclusiva de ISS, e não de IPI; que

Processo nº : 11080.009021/2001-53
Resolução nº : 301-1.651

a classificação fiscal das bobinas autocopiativas está de acordo com as regras da TIPI; e que são indevidos os juros de mora calculados com base na taxa Selic, face sua alegada constitucionalidade e ilegalidade.”

A Delegacia de Julgamento proferiu decisão, nos termos da ementa transcrita adiante:

“Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/01/1996 a 31/12/2000

Ementa: **MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL.** O Mandado de Procedimento Fiscal é mero instrumento de controle administrativo e de transparência da atividade fiscal, não se constituindo em limitador das atribuições dos Auditores-Fiscais da Receita Federal.

DECADÊNCIA. O prazo para a Fazenda Pública lançar tributos é de cinco anos, contado do fato gerador do imposto sujeito a lançamento por homologação, como é o caso do IPI.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL. Papel autocopiativo apresentado em bobinas, para máquinas registradoras, com ou sem inscrições alusivas ao adquirente, classifica-se no código 4816.20.0000 da TIPI/88 e no código 4816.20.00 da TIPI/96.

Papel para imprimir, apresentado em bobinas, personalizado ou não, classifica-se no código 4823.51.0000 da TIPI/88 e no código 4823.51.00 da TIPI/96.

JUROS DE MORA. A cobrança de juros de mora pela taxa Selic, nos pagamentos fora de prazo dos débitos tributários, está prevista em Lei.

“Lançamento Procedente”

Inconformada, a contribuinte recorre a este Conselho, conforme petição de fl. 975, inclusive repisando argumentos.

À fl. 1026, o Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes declina da competência para julgamento do presente recurso em favor deste Colegiado.

À fl. 1023 e seguintes, consta documentação da recorrente dando notícia da alienação de parte dos bens arrolados, considerados para fins de admissibilidade do presente recurso.

É o relatório.

Processo nº : 11080.009021/2001-53
Resolução nº : 301-1.651

VOTO

Conselheiro Valmar Fonsêca de Menezes, Relator

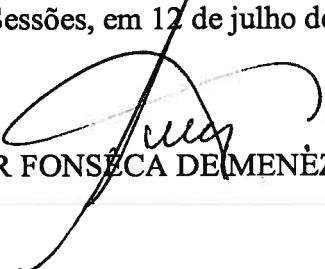
Inicialmente, verifica-se que, pelos documentos acostados aos autos, a recorrente promoveu a alienação de parte dos bens arrolados de ofício pela autoridade fiscal, arrolamento este considerado como pressuposto de admissibilidade.

No entanto, cabe chamar a atenção para o requisito legal (Lei 10.522, de 19 de julho de 2002) de que os bens arrolados devam corresponder a 30% da exigência fiscal, limitado à totalidade do ativo permanente da pessoa jurídica.

Desta forma, entendo que deva o presente julgamento convertido em diligência para a autoridade da Delegacia de origem se pronuncie acerca dos fatos mencionados, com a verificação dos requisitos previstos na Legislação para a apreciação do recurso voluntário.

Ao final do procedimento diligencial, deste deve ser dada ciência à recorrente, para se manifestar, se assim o desejar, ou para complementar o arrolamento de bens, se for o caso.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2006


VALMAR FONSECA DEMENÉZES - Relator